



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



**NAVEGANTES, SC, 2 DE OUTUBRO DE 1995**

*Excelentíssimo Senhor Governador de Santa Catarina, Paulo Afonso; Dona Eliane; Senhor Vice-Governador, José Wilson; Senhores Ministros Odacir Klein e Brigadeiro Gandra; Senhores Senadores de Santa Catarina, Vilson Kleinübing, Esperidião Amin e Casildo Maldaner; Senhor Presidente da Assembléia Legislativa; Senhor Presidente do Tribunal de Justiça; Senhores Deputados Federais, Estaduais, Prefeitos, Vereadores; Autoridades Militares; Senhoras e Senhores; Meus Amigos;*

Quero começar agradecendo a Santa Catarina, ao Governador, a todos que aqui estão, a este povo tão generoso, que, desde a chegada ao aeroporto, me saudava com alegria; e agradecer, muito especialmente, ao Governador, ao Senhor Presidente do PFL que aqui está, Dr. Jorge Bornhausen, agradecer especialmente pelo fato de que, de alguma maneira, hoje, aqui, voltei a sentir o ambiente de campanha. Nós estamos aqui num comício, e um comício diferente – eu queria dizer isto ao Dr. Luiz Henrique, que até há pouco foi Presidente do PMDB –, um comício diferente.

Andei aqui em Santa Catarina, fizemos muitos comícios por esta região, só que agora é muito mais amplo. São vários partidos, todos

juntos, e nosso grande partido hoje é o Brasil. Isto aqui é uma reunião de confraternização pelo Brasil. Aqui, terminadas as eleições, nós sabemos nos realinhar, nos reagrupar. Não é preciso que todos estejam com o Governo. Sempre há alguns que não; são poucos. Melhor assim. Mas o importante é que saibamos sentir quando o interesse é do povo, quando o interesse é do País, e aí não temos outra camiseta a vestir, só a do Brasil. E é o que tem acontecido.

Os discursos daqueles que me antecederam aqui mostram isso. Mostram com uma clareza simples que, para melhorar as coisas, é preciso continuidade. As administrações vão e vêm, elas têm cores políticas diferentes. Mas se elas todas se entrosarem, pensando no objetivo do povo, do País, as coisas caminham. É isso que tem feito com que o nosso país ande, passe a voltar a ser um país que encontra respeito lá fora e encontre a esperança aqui dentro; é o fato de que, efetivamente, nós, brasileiros, temos sido capazes de uma certa convergência. Entendemos as dificuldades e sabemos que podemos superá-las, se estivermos juntos.

O Ministro Odacir Klein disse aqui que essa estrada é uma obra de parceria. As outras obras que estão sendo feitas também são de parceria. Não há mais outro caminho, no mundo atual: ou nós nos voltamos, somamos esforços, ou não conseguimos superar os obstáculos. Aqui estamos juntando esforços e estamos superando os obstáculos, tão pequenos, e vamos vencê-los, um a um.

Nas minhas promessas – eu não gosto da palavra –, nos meus compromissos de campanha, mencionei isso aqui. Mas mencionei, sobretudo, alguns outros, que não quero deixar esquecidos. Um o governador antecipou e disse, com razão: nós vamos transformar o aeroporto de Florianópolis em aeroporto internacional. E, amanhã, o Brigadeiro Gandra, em meu nome, vai inaugurar essa nova fase do aeroporto. Isso foi um pedido claro, foi um pedido de todos os parlamentares de Santa Catarina. E, o tempo todo em que estive aqui, o Dr. Bornhausen me disse que era importante que juntássemos as forças para fazer esse aeroporto. E eu queria dizer-lhe que está cumprida essa promessa. Nós vamos estar lá, juntos, todos. Eu estarei ausente, mas o Ministro me representará, marcando mais uma etapa da transformação de Santa Catarina.

naquilo que todos queremos: um pólo de atração de pessoas, de investimentos, para que possamos melhorar as condições de vida do seu povo.

Mas não basta isso. O Ministro Klein mencionou a questão da BR-101. Eu vi, quantas vezes, as dificuldades da BR-101. Assinei um pedido, junto com milhões de catarinenses, para que a BR-101 fosse duplicada. Nós não esperamos que o Banco Interamericano viesse a aportar os recursos. Nós já estamos atuando, e isso já é perceptível. Mesmo aqui, no entroncamento, na entrada para essa estrada, existem obras, em parceria, com recursos do Governo Federal, realizadas em parte pelo governo estadual e com a ajuda do Exército, cuja engenharia foi decisiva para que pudéssemos efetivamente entregar, em tempo oportuno, o projeto da BR-101.

Agora, dia 17 de outubro, haverá a audiência pública, disse o Ministro. Haverá várias etapas, haverá alguma demora até que as obras comecem a aparecer. Mas, antes disso, as obras já estão lá, porque, nos pontos críticos, nós já estamos duplicando, já estamos fazendo as pontes necessárias, já estamos fazendo os desvios de caminhos necessários, para evitar aquilo que, infelizmente, ocorreu aqui: tantas mortes, tantas vidas que poderíamos ter poupado, se há mais tempo tivéssemos tido as condições para iniciativas como estas, que agora estão aí marcando a presença dos governos em Santa Catarina. A BR vai ser duplicada. A BR-116 também. E vai ser duplicada durante o meu Governo. (*Palmas.*) Eu não saio do Governo sem entregar a estrada. Como vou sair dentro de quatro anos, a estrada será feita nesse período.

Mas tenho outro compromisso com Santa Catarina. Sei que já privatizamos Imbituba. Sei que o Estado hoje está dirigindo o porto de São Francisco. Sei que estamos fazendo um esforço muito grande para modernizar os nossos portos aqui de Santa Catarina, porque Santa Catarina tem um potencial exportador extraordinário.

Ainda agora, o Senador Kleinübing me acompanhou em uma viagem à Alemanha e verificou o quanto há de interesse por esta região do Brasil. E também verificou o empenho do Presidente da República em que as empresas da Alemanha, sobretudo as pequenas e médias, aumentem os seus investimentos nesta região e também desloquem alguns investimen-

tos para as regiões mais distantes do Brasil, que ainda precisam de um certo apoio, como o Nordeste, mas sem deixar de olhar para a região do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, porque já tem uma tradição de produto industrial e de cooperação com a Europa.

Nós precisamos, portanto, modernizar a nossa infra-estrutura. Vamos fazer as concessões no serviço público. Temos espírito aberto e moderno e vamos continuar preparando as condições para Santa Catarina, cada vez mais, ser um grande estado produtor e exportador.

Mas há um outro compromisso do qual não me esqueço. Eu andei lá pela região de Chapecó e verifiquei o enorme progresso que todos estão vendo. Hoje, uma notícia tão alvissareira saiu nos jornais: que o consumo de carne de frango aumentou violentamente no Brasil, porque o pobre está começando a comer um pouco melhor graças ao Plano Real. (*Palmas.*) Então, está havendo, efetivamente, aumento do consumo popular. E, quando vejo as cassandas, aquelas pessoas a quem chamo sempre de adeptos da fracassomania, a reclamar da política econômica e do Real, eu digo: é porque eles não olham para o povo, porque o povo, sim, sabe que está comendo melhor. Está comendo melhor, em parte, porque nós também aumentamos a produtividade. Aqui, em Santa Catarina, a produção de suínos e de frangos é muito forte.

Pois bem, isso também tem seus problemas, no que diz respeito ao ambiente, ao meio ambiente. Há problemas de dejetos lá naquela região, assim como há também as marcas, ainda hoje, da região carvoeira de Criciúma. E nós temos que fazer ainda um esforço adicional para resolver essas questões, que não são tão fáceis de serem resolvidas. Mas Santa Catarina merece que elas sejam resolvidas. Nós vamos trabalhar e vamos resolvê-las.

Eu queria dizer a todos os senhores que aqui estão, que me acompanham, às senhoras, aos senhores, às crianças, que, se hoje, no Brasil, já temos a possibilidade de olhar para o fim do mês sabendo pelo menos fazer o cálculo de quanto vai se dispor para comprar isso ou aquilo, sem ter medo de que a moeda se derreta como sorvete; se é verdade que o Plano Real produziu a maior distribuição de renda já havida na história do Brasil, isso não significa que devamos, pura e

simplesmente, achar que está tudo resolvido. Pelo contrário. Disse aqui o Governador, e tem toda a razão, que tão importante quanto a estabilização da economia – e a estabilização é importante, porque é precondição para o passo seguinte – é o crescimento econômico, sem o qual não haverá emprego para os brasileiros, sem o qual não haverá possibilidade de os governos encontrarem recursos para atender àquilo que é fundamental, que é a educação, que é a saúde, que é a habitação, que é o saneamento básico.

Nós, hoje, já começamos a dispor de um horizonte de investimentos. A nossa taxa de investimentos cresceu. Há dois anos, estava por volta de 13% do Produto Interno Bruto e, este ano, está por volta de 19%. Nós já tivemos 23%, 24 e até 25%. Imaginem os senhores, com uma recuperação pela qual possamos chegar a ter, pelo menos, 25% de tudo que se produz reinvestido aqui, a massa de recursos que isso significa e o impulso que isso vai dar a este país. Esse é o nosso desafio.

Não quero deixar ao meu sucessor senão um país já em andamento, forte, e a certeza de que, com competência, com dedicação, com esforço, vamos superando a cada ano as nossas marcas anteriores. Por isso lançamos um plano chamado Plano Plurianual de Investimentos, que tem a concretização das metas, não é do Governo, mas do País, em que já se desenha um outro Brasil: um Brasil gerando mais energia elétrica, um Brasil investindo em petróleo, um Brasil com a sua infra-estrutura, como essas estradas e muitas outras mais em andamento; um Brasil que permita efetivamente sua integração pela via das bacias hidrográficas – as hidrovias são essenciais num país do porte do nosso; um Brasil que possa atrair, como estamos atraindo, mais investimentos e indústrias fundamentais para gerar emprego, como a indústria automobilística; um Brasil que, na indústria química, tenha condições de efetivamente avançar; um Brasil que possa transformar sua matéria-prima em produto que agregue valor.

Ainda hoje, nesta manhã, no Rio de Janeiro, conversando com o Presidente da Nippon Steel Corporation, estávamos discutindo sobre a necessidade de importarmos o ferro, o minério de ferro já transformado, já peletizado, para que possamos agregar mais valor à nossa produção.

Esse é o desafio que está pela frente. Assim como o Vice-Governador e Secretário de Transportes mencionaram o fato de que os pioneiros, nesta região, enfrentaram as onças, os pântanos e marcaram aqui uma civilização – uma civilização que, hoje, é forte para enfrentar o desafio –, nós vamos ter que enfrentar esse desafio de entrar no próximo milênio com um Brasil mais confiante e mais capaz realmente de fazer com que as transformações tecnológicas sejam realizadas em benefício da maioria do seu povo.

Para isso, estamos lutando no Congresso Nacional. E tenho tido apoio, e espero ter crescentemente. Nós temos tido o apoio do Congresso. Estamos aí, novamente, pedindo ao Congresso mais aprovações de reformas.

Um país que cresce é um país que se reforma. Não pode ser um país conservador, um país que tem medo de mudar, um país que defende privilégios. Tem que ser um país que faça reformas para aumentar a competição e para permitir que aqueles que nunca tiveram acesso venham a ter acesso.

A reforma administrativa é condição necessária para que os Governadores possam continuar fazendo obras.

Vai doer a quem? A quem tem privilégios.

Há pouco, eu dizia na televisão e no rádio, quando me perguntaram a respeito desta matéria: a estabilidade dos direitos adquiridos. Eu digo: “Direitos adquiridos, sim, mas abusos adquiridos, não.” Chega. O Brasil cansou de privilégios. Nós vamos, sim, reformar. Nós vamos, sim, cortar abusos. Nós vamos, sim, criar condições para que o recurso público possa ser investido em benefício da maioria do seu povo.

Eu não me refiro ao funcionário que está trabalhando, que ganha mal, porque ganha mal, ao professor que ganha mal. E estamos com um programa de valorização do professor, que inclui um pagamento melhor. Não, não é a esses que me refiro, não, mas aos verdadeiros exploradores, àqueles que, sem que ninguém saiba, acumulam salários, que são, às vezes, três, quatro vezes superiores ao salário do Presidente da República. Isso não é aceitável. Não é aceitável que, por interpretações, quaisquer que elas sejam, haja abuso e que esse abuso amanhã venha a ser considerado como direito adquirido. Isso não, porque não é direito

o que se possa adquirir contra a confiança de um povo e contra a necessidade desse povo.

Vamos, sim, pedir ao Congresso a votação das reformas, e o Congresso vai dar ao Brasil as reformas necessárias, porque vamos fazer tudo isso. Tenho certeza, também, da parte, talvez, a mais desafiadora do Brasil, que é a necessidade de dar uma condição de vida melhor àqueles que nada têm: será enfrentada com calma, com tranquilidade, mas também com firmeza; da reforma agrária, que continuaremos a fazer, sim, de acordo com o que diz a lei – e, quando a lei for inadequada, o Congresso é quem tem que dizer se vai ou não vai mudar; mas com a vontade firme, efetiva, de entregar terra àqueles que necessitam de um pedacinho de terra, para que possam lá sobreviver, porque há muitos brasileiros que precisam de uma sobrevivência digna e não têm os meios para alcançá-la.

Vamos, também, nessa matéria social, além da valorização do professor, que considero fundamental – no dia 15 de outubro, apresentaremos um programa, que já foi apresentado aos governadores, de equalização de salários para o professor primário, sobretudo, e condições mais efetivas para que a escola possa funcionar, com TV à distância e tudo o mais –, além disso, vamos continuar implementando o SUS, o Sistema Único de Saúde, que é essencial, mas cujo rendimento ainda está abaixo daquilo que o Brasil espera dele.

O Brasil espera que, efetivamente, não só os hospitais melhorem, não só os hospitais recebam um pouco mais pela sua prestação de serviços, mas, sobretudo, que o povo se sinta mais bem atendido. E atendimento, muitas vezes, é uma palavra de carinho, é um apoio, é a presença do médico na hora necessária, e não somente quantos milhões de recursos foi preciso indicar para lá. Recurso é importante, mas mais importante que o recurso em dinheiro é o recurso humano. Recurso humano significa, muitas vezes, a atenção direta que se dá ao cidadão mais simples, sem nenhum tipo de discriminação, sem nenhum tipo de diferenciação social.

Isso é um Brasil novo, um Brasil democrático. Esse é um Brasil que vemos por todas as partes. É ambicioso o programa do nosso país? Não

é. Poderia ser mais. É apenas um programa que se impõe, porque se acumularam muitos problemas no decorrer da história, e o Brasil cansou de olhar os que estavam lá em cima, como se diz, sem se mexerem demais, e os daqui de baixo na desesperança.

Hoje, os de baixo estão esperançosos e os de cima estão trabalhando. E o trabalho não pode ser feito só por alguns, tem que ser feito com a união. É por isso que vim aqui, feliz, porque vi que aqui houve união. Vi que aqui houve um esforço coordenado. Vi que aqui é possível fazer aquilo que tenho dito nos últimos tempos. Não estamos hoje num quase-comício, não tem o mesmo sentido dos comícios de campanha política.

No comício de campanha política, eu tinha a mão espalmada para dizer quais eram os meus objetivos. Agora acho que as mãos devem estar unidas, as de uns às dos outros, esquecendo-nos, e bastante, de que possamos ter tido diferenças num ou outro momento da nossa vida, para, pelo menos enquanto não houver uma outra chance de perguntar à cidadania o que ela deseja, nós estarmos todos juntos, de mãos dadas, fazendo aquilo que é necessário. E o que é necessário é simples: é trabalho, decência, competência, amor ao povo.

Já que estamos em Santa Catarina – e quando os outros terminarem o discurso –, direi que, com estas mãos dadas, por esse amor ao povo, só resta um grito: “Viva o Brasil!”